

A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: CARACTERÍSTICAS EM METAMORFOSE

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.04611242709>

Data de aceite: 02/10/2024

Ana Cláudia Alves de Carvalho

João Santos Nahum

THE SPATIAL CONFIGURATION
OF THE NATURAL ENVIRONMENT
IN THE AMAZON OF PARÁ:
CHARACTERISTICS IN
METAMORPHOSIS

RESUMO: O artigo caracteriza o meio natural na Amazônia paraense considerando a configuração espacial como aspecto delimitador das transformações espaciais. A reflexão se estende de 1616, ano de fundação da cidade de Belém e até 1966, início da “Operação Amazônia”, abrangendo um conjunto de ações estatais que reinventam a região como fronteira de recursos. Apoiamo-nos na teoria social do espaço enquanto sucessão e coexistência de meios geográficos o que nos permitiu delinear momentos em que a configuração espacial tinha fortes traços indígenas, outro marcado pela presença colonial e num terceiro em que a ação estatal é determinante. Para tanto, realizamos revisão de literatura com o propósito de reconstituir traços dessa geografia histórica da Amazônia e é neste campo situamos este trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Configuração espacial; Amazônia paraense; Processo; Meio natural.

ABSTRACT: The article characterizes the natural environment in the Pará Amazon considering the spatial configuration as a delimiting aspect of spatial transformations. The reflection extends from 1616, the year of foundation of the city of Belém, until 1966, the beginning of “Operation Amazon”, covering a set of state actions that reinvent the region as a frontier of resources. We base ourselves on the social theory of space as a succession and coexistence of geographic environments, which allowed us to delineate moments in which the spatial configuration had strong indigenous traits, another marked by the colonial presence and a third in which state action is decisive. For that, we carried out a literature review with the purpose of reconstituting traces of this historical geography of the Amazon and it is in this field that we place this work.

KEYWORDS: Spatial configuration; Amazon region of Pará; Processes; Natural environment.

INTRODUÇÃO

Interpreta-se a Amazônia de diferentes maneiras. Nas ciências humanas temos abordagens enfocando processos que identificam na região ciclos da história econômica (Santos, 1980), inventariam traços constitutivos da formação social e cultural (Benchimol, 2009), assinalam a formação extrativista rural e a agropecuária (Costa, 2000), descrevem acontecimentos marcantes das eras da província do Pará (Barata, 1973) e fatos históricos Baena (1969) ou mesmo um conjunto de datas relativas à formação histórica do Estado do Pará (Cruz, 1973). Nessas abordagens o espaço amazônico ora se resume a noção de área a ser ocupada, potencialmente rica, aguardando investidores e investimentos; ora a resultante da ação humana, fruto do empreendedorismo individual ou social sem outras determinações que não a coragem e o espírito colonizador.

No entanto, é a representação de espaço vazio que se fixa na Amazônia e orienta a ação estatal e empresarial quando são elaborados planos, programas e ações políticas para a região (Nahum, 2012); e esta interpreta como obstáculo outro entendimento que não privilegie a forma – seja está um forte, igreja, engenho, porto, hidrelétrica, planta industrial, ferrovia, rodovia – e contemple sua funcionalidade técnica no interior da reprodução do capital. Mas a distribuição das formas espaciais são o testamento e testemunho da lógica espacial hegemônica nas relações entre espaço e sociedade. Impõe-se a necessidade de passar das formas para a formação (Santos, 2017), ressaltando a interdependência e impermanência entre forma e ação. Enquanto raridade (Lefebvre, 2013), o espaço social integra a economia política, torna-se condição de produção e reprodução da formação econômica e social. Sendo instância da sociedade (Santos, 1992), deve-se falar em formação espacial.

Pensando com Santos; Silveira (2001) rumo a uma teoria do território brasileiro e tendo como ponto de partida o espaço enquanto sucessão e coexistência, interpreta-se geograficamente a Amazônia ressaltando a relação entre espaço e sociedade, sua interdependência e lógicas próprias. Partindo da compreensão de hipótese enquanto, “um enunciado (ou conjunto de enunciados) que só pode ser comprovado, examinado e verificado indiretamente, através das suas consequências” (Abbagnano, 2000, p.500), sustenta-se que, no período de 1616 a 1966, predomina na formação territorial da Amazônia paraense o meio natural. Tributários da história longa, foca-se as camadas estruturais do meio e isso não é obtido enumerando datas e fatos, pois estas são a parte visível, a manifestação fenomênica e local de processos espaciais cuja tessitura envolve múltiplas escalas, agentes e processos.

Este artigo procura compreender da Amazônia paraense a partir de uma análise geográfica que mostre o protagonismo da dimensão espacial. Nesse sentido tem por objetivo caracterizar a configuração espacial do meio natural, pois esta indica as transformações espaciais ocorridas na Amazônia paraense, no período de 1616 a 1966. As metamorfoses espaciais transcorridas no curso destes três séculos e meio, permitiram que identificássemos, pelos menos, três momentos: o indígena, o colonial e o estatal.

A configuração territorial para Santos, (2008, p. 83) “[...] é o território mais um conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”, tais objetos espacializados exprimem uma relação com o lugar e são explicados por ele, sendo também fundamentais na análise espacial. “[...] é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível [...]” (SANTOS, 2008, p. 85). Ainda, segundo Santos (2008), “podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial oferecem-nos, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 2008, p. 85). Dessa maneira, observa-se que as formas espaciais no decorrer dos períodos estão sempre envoltas pela sociedade e dinâmicas sociais.

Em se tratando de método entende-se, tal como Santos (2006, p.63), que “o espaço é formado por um conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nessa teoria “a noção de técnica permite empiricizar o tempo e se encontrar com a noção de meio geográfico. A ideia de técnica, tal como algo onde o “humano” e o “não-humano” são inseparáveis, é central (SANTOS, 2006, p. 24). As técnicas e os sistemas técnicos integram o quadro geográfico e este não pode ser compreendido na sua totalidade sem considerá-los.

Santos (2006, p. 29) compreende que “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”. Por conseguinte, a técnica integra o meio, isto é, “o uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele (...) [o que permite] produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 2006 p.48-49). Na teoria miltoniana, “o espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isso ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou aquela sucessão” (SANTOS, 2006, p. 54).

Considerando que “o geógrafo se interessa pelo conjunto de condições características de várias épocas, mas a partir do presente, indo, frequentemente, deste para o passado” (SANTOS 2006, p. 73), a relação entre técnica/tempo/espaço torna-se proposição metodológica capaz de apreender no meio o testemunho de diferentes e desiguais relações dos seres humanos entre si e deste com a natureza. Neste sentido, “o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2006, p. 37). Assim, “todo e qualquer período histórico se afirmar como um elemento correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos técnicos (SANTOS, 2006, p. 96)”.

As categorias período e evento estão associadas na compreensão de diferentes e desiguais camadas de formação espacial. Para Santos (2006, p.144) “se consideramos o mundo um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo”. E adiante sintetiza, “os eventos mudam as coisas,

transformam os objetos, dando-lhes ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2006, p.146). O evento, portador de uma racionalidade espacial hegemônica alicerçada na técnica e em comandos políticos, condiciona a reprodução das relações de produção e, por conseguinte, a morfologia social e a produção do espaço. O período, enquanto recurso analítico, reconstitui o movimento da totalidade espacial; e o lugar, por sua vez, constitui uma expressão desta. Nos lugares realizam-se aspectos de um determinado período, “portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 2006, p. 171).

Em termos operacionais o artigo foi estruturado a partir a revisão bibliográfica acerca da Amazônia paraense no período de 1616 a 1966, essencial para o propósito deste artigo. Em um primeiro momento, a composição de uma base teórica sobre o conceito de período, periodização e meios geográficos em Santos (1994; 2006), além do referencial teórico sobre o conceito de configuração espacial.

Um segundo momento, a investigação e levantamento bibliográfico sobre as obras que tratam da Amazônia em diferentes momentos históricos, começando pelas contribuições dos viajantes, com suas narrativas e incríveis descrições fundantes do imaginário europeu acerca da Amazônia. Depois, buscou-se analisar as obras que trataram da formação da Amazônia, em seu processo de colonização e estruturação como um todo, considerando o período investigado que se estende de 1616, ano de fundação de Belém, até 1966, quando se estabelece o meio técnico na Amazônia, de acordo com Nahum (2019). Com isso, definiu-se quais obras, em seus diferentes objetos ajudariam neste desafio que é caracterizar a configuração espacial neste horizonte temporal.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL INDÍGENA

Na formação do meio natural na Amazônia paraense, durante esses três séculos e meio, identifica-se três configurações espaciais presentes, a primeira denomina-se configuração espacial indígena, pois se estabelece em um meio natural de sociedades não mercantis. Caracteriza-se por uma diversidade na ocupação por parte dos grupos indígenas que habitavam a Amazônia paraense.

Neves (2006) destaca a importância de se olhar para o passado em busca de parâmetros para as políticas do presente, pois como a bacia Amazônica foi habitada por diferentes grupos indígenas e nesse processo houve continuidades entre esses povos, esse modo de vida pré-colonial da região precisa ser reconhecido. Assim, compreende-se a importância dos estudos arqueológicos na análise da formação da Amazônia paraense.

Os elementos físicos da região influenciam nos padrões de ocupação da Amazônia. De acordo com Neves (2006), revelaram-se quatro compartimentos destes usos, um primeiro como sendo uma faixa que se estende paralela a Cordilheira dos Andes, passando pela Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Uma segunda composta por áreas ribeirinhas e

alagadas, uma terceira formada por áreas de interflúvio e uma quarta denominada de zonas de estuário e litoral, esta segue a partir do Amapá, Pará e do Maranhão, sendo neste quarto compartimento onde a civilização marajoara fez morada, e onde sítios com a cerâmica mais antiga da América do Sul foram encontrados. Segundo Meggers (1987) por volta do século XVI e XVII ocorre a espacialização dos modos de vida, compondo um conjunto heterogêneo de formas, tão diversos quanto os grupos indígenas presentes em seu estudo, tecidas pela junção entre adaptabilidade ao meio e do meio. As paisagens ganham novos elementos e ao mesmo tempo a vida se transforma, sendo moldada ao espaço.

Na Amazônia do período anterior ao contato, os grupos indígenas estão dispersos tanto na terra firme como na várzea. A localização das tribos, de acordo com Meggers (1987), está diretamente ligada ao modo de vida e a cultura alimentar que se diferencia em alguns pontos das tribos estabelecidas nas áreas de várzea, uma característica da região por possuir um sistema fluvial singular.

Essa configuração espacial indígena edifica-se pelos saberes e fazeres de cada grupo, traduzindo-se em diferenciações referentes a adaptações quanto ao seu habitat, cultura alimentar, casa, costumes etc.. Como exemplo tem-se que na terra firme existia um padrão na paisagem referente às casas, localizadas de modo circular; na várzea o padrão é outro, distribuem-se ao longo do rio de maneira linear.

As diferenças entre povoamento indígena na várzea e na terra firme ajudam a compreender a dimensão espacial dos lugares na Amazônia. Cada povoado com suas peculiaridades e modos de vida. Esse “padrão espacial” se repete, indicando uma forma de configurar os objetos espacialmente diante do meio. O fato de grupos dedicarem-se a agricultura diz muito sobre a potencialidade do meio em que viviam. De modo que,

Podemos afirmar que os índios se tornaram também construtores da paisagem amazônica colonial, não só porque intervieram e modificaram o ambiente, mas também porque o seu trabalho de transformação do espaço por meio da agricultura foi percebido e reconhecido – ainda que em fragmentos – pelos próprios portugueses. Daí as 'roças', as 'taperas', os 'currais' ou os 'sítios', descritos na documentação. Desse modo, para além de trabalhadores e escravos, de guardiães das fronteiras, de pilotos, de remeiros, de aliados nas tropas, de inimigos nas guerras, de fugitivos, os índios coloniais foram igualmente lavradores – como tinham sido, aliás, ao longo do tempo, os seus antepassados (CHAMBOULEYRON, ARENZ, MELO, 2020, p.17).

A presença das roças, taperas, currais e sítios expressa diferentes saberes e fazeres manifestados na configuração espacial, que tem no sistema fluvial um elemento central, pois os fluxos se davam pelo rio e sempre foi salientado nas narrativas dos viajantes, como um aspecto singular da região. Bates (1979) destaca isso ao descrever uma de suas excursões pelo rio Iritiri, onde se deparou com vários riachos, e descreveu as características do sistema fluvial.

O Maguari é um magnífico canal; suas inúmeras ramificações formam o verdadeiro labirinto no terreno que se caracteriza por sua pouca elevação. Todos esses riachos do estuário do Pará não passam, na realidade, de canais. As terras são tão planas que os cursos da água locais, de curta extensão, não tem nascente nem correm numa determinada direção como os rios que geralmente conhecemos. Eles ajudam a drenar o terreno, mas ao invés de uma corrente continuar num determinado sentido eles têm um movimento regular de fluxo e refluxo, de acordo com a maré. Os nativos chamam-nos de Igarapés, que na língua tupi significa “caminhos das Canoas” (BATES, 1979, p. 38).

O rio é a rua e comanda a vida (Tocantins, 2000), mas a partir do século XIX, o capital comercial controla a navegação a vapor e utiliza o rio para circular a economia extrativista que se estrutura em torno do produto e não da produção na terra. Foram três séculos e meio de assenhoreamento dos rios a partir do conhecimento das melhores rotas. Albuquerque (1894) registra que “em tão remota época (1853), muito mal regulamentado andava o serviço de praticagem em tal região; e menos ainda assegurada a sua navegação, tal a ausência de pharóes, boias e postos indicativos, e, sobretudo, a falta de conhecimentos especiais sobre as particularidades do curso das águas no Amazônas e seus affluentes” (ALBUQUERQUE, 1894, p. 16).

No biênio de 1853-5, ainda segundo Albuquerque (1894), iniciou-se a navegação a vapor do Amazonas, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza a que foi concedido pelo conselho presidencial do Pará, por meio do decreto 4037 de 30 de agosto de 1852, o privilégio a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas a navegação a vapor na região. Ao término da década de 1853-1863, a navegação regular a vapor desenvolvera-se de tal sorte, que se multiplicaram as linhas, elevando-se ao número de oito, entre os seguintes “portos principaes: Belém e Manáoes, Manáos e Nauta (Perú), Manáos e Tabatinga, Manáos e Santa Isabel, Belém e Bayão (Tocantins), Belém e Chaves (Marajó), Belém e Itacoan (Marajó) e Belém e Soure (Marajó)” (ALBUQUERQUE, 1894, p. 17).

A rede fluvial é importante na configuração espacial, sua capilaridade e abrangência possibilitava o transporte aos mais remotos lugares. Por meio dela, tem-se a espacialização das casas e das aldeias em si, estando elas intimamente ligadas a adaptações ao espaço. Meggers (1987) descreve as características das aldeias da várzea: “Uma disposição linear de casas é natural numa aldeia orientada para a exploração da base e é uma característica de povoamento ribeirinho, de maneira geral.” (MEGGERS, 1987, p. 200). Essa configuração espacial caracterizada por um intenso sistema fluvial dá origem aos povoados ao longo dos rios, onde o rio também exerce o papel de fornecedor de alimento, e cuidador da vida.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL COLONIAL

Na configuração espacial colonial as intencionalidades do projeto colonizador se tornam a tônica da organização do espaço. Emergem uma estrutura espacial por meio das missões, que crescem e transformam-se em aldeias, em seguida povoados. As missões variavam de tamanho, de estrutura, também nos gêneros cultivados, nas atividades desenvolvidas, e na quantidade de habitantes. Afirma Porro (1992, p. 190), que estas se tornaram “postos de abastecimento de índios amansados”, a imposição de novos modos de vida, uma dedicação maior ao trabalho, uma nova língua, foram os direcionamentos estipulados nessas missões.

O “Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará”, com uma série de diretrizes direcionavam a administração dos aldeamentos a garantirem os direitos de liberdade e assalariamento dos indígenas. Este possuía várias leis complementares, como: “[...] o Alvará de 1688 (Alvará dos Resgates) e as Provisões de 1718 e 1728 (sobre os descimentos). O sistema implantado pelo *Regimento das Missões* vigorou até 1757, quando foi substituído pelo Diretório dos Índios” (MELO, 2009, p. 86).

As transformações desencadeadas no meio natural expressam os resultados do primeiro regimento das missões de 1686, que não só administrativamente vem efetivar novos agrupamentos indígenas promovidos pela força, como vem coabitar com as povoações indígenas que se mantiveram “livres”. Além disso, a localização de algumas missões estabelecidas em pontos estratégicos na defesa do território têm um papel político, direcionado a, também, povoar o interior da Amazônia.

Dessa maneira se estabelecem ações estatais de garantia do território. Podemos destacar a primeira através das sesmarias, ainda como uma forma de conceder terras aos donatários, do século XVII ao XVIII. Segundo Chambouleyron (2011, p. 4), na capitania do Pará, no período de 1694 a 1705, das 40 sesmarias confirmadas pelo rei, 15 eram para cidadãos que moravam em Belém, outras 20 a pessoas que se diziam morar em Belém e as 5 demais a pessoas cuja localização da moradia não foi identificada.

Além das doações de sesmarias, a posse da terra se dava também através da exploração econômica, ou seja, por estar cultivando-a, o indivíduo solicitava a concessão. É importante ponderar que as terras requeridas e possivelmente habitadas não necessariamente estavam próximas a cidade. Encontravam-se espalhadas por trechos entre Acará-Moju e Capim-Guamá. Estabelecia-se a relação entre Belém e as áreas de ocupação da terra. Outra característica é a descontinuidade das terras, devido à diversidade das condições ecológicas das áreas, eram marcadas por uma “especialidade da produção” (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 9). Segundo Chambouleyron (2011), as diversas culturas e atividades se reproduzem por lugar diferente, respeitando as melhores condições ecológicas a sua melhor adequação.

No Grão-Pará, o gado se concentraria na ilha do Marajó, e a plantação de canaviais notadamente nos rios Moju e Acará. O rio Guamá, como também o Capim, parece ter se “especializado” no cultivo do cacau. Assim, para os cidadãos de Belém, a policultura implicou a solicitação de terras discretas, a menor ou maior distância, que passaram a compor o multifacetado patrimônio de uma “nobreza da terra”. Um último exemplo é o de José da Costa Jordão, cidadão de Belém, que plantava tabaco e “mais frutos da terra” no Moju, tinha gado no rio Atuaú, ilha do Marajó, e possuía um cacauel no Jenipaúba (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 9).

Chambouleyron (2006) compreende esse processo como a entrada de uma lógica de ocupação do espaço pela agricultura, afirmando que essa exploração econômica do território “[...] dependia de outras formas de mão-de-obra, de transporte e de ocupação mesma, diferentes daquelas ligadas à busca das drogas no sertão.” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 19), o que também ocasionava uma dispersão populacional, em função dessa exploração agrícola, havendo um deslocamento constante entre as vilas, a cidade e as terras doadas.

As concessões de terras e o fluxo de pessoas e bens entre elas e Belém garantem uma dinâmica transformadora que juntamente com a lógica econômica que determina a expansão da agricultura, acarretam novos usos do espaço. Esta metamorfose é impulsionada pelo projeto colonial, que aos poucos vai implantando através das suas políticas uma economia regional que melhor contribua para a expansão da sua produção.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL ESTATAL

O que se denomina configuração espacial estatal desencadeia-se a partir das capitânicas privadas, vilas, povoações e cidades. A expansão portuguesa se deu através das concessões de terra a exemplo das sesmarias e capitânicas privadas, que durante o século XVII instituíram-se na região “[...] Tapuitapera e Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo).” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 11). O estabelecimento de uma capitânia privada era frequentemente acompanhado da criação de uma vila, com o objetivo agrícola e defensivo, com a instalação de colonos objetivando a produção agrícola.

As vilas e os lugares se tornam, de acordo com Coelho (2005), centros de irradiação da autoridade metropolitana, dar nomes portugueses as novas vilas também era uma forma de apagar a cultura nativa e estabelecer elos com a nova cultura. De acordo com os registros de Baena (2004, p. 226), aspectos referentes a configuração territorial das vilas são apresentadas, localizações, quais culturas produziam, a presença da igreja e do santo padroeiro, quantidade de moradores, destes quantos eram indígenas e quantos não eram etc., como podemos observar a seguir:

Boim: vila assentada na borda esquerda do rio Tapajós sobre uma dilatada e aprazível planura seis léguas antes de chegar à Vila de Pinhel. Consta a população de setecentos e oitenta índios e mamelucos. Estes moradores no emprego, que fazem do tempo, não diferem dos das outras povoações do Tapajós: todos volvem a vida na mais extrema miséria: a caça é em geral o seu sustento aventureiro, e para havê-la à mão tem toda a destreza, que adquirem desde que se lhe abre a flor da idade (BAENA, 2004, p. 226).

As vilas se diferenciam quanto ao tamanho e estrutura, porém têm aspectos semelhantes, por exemplo, casas de palha, a presença da igreja, localização as margens dos rios, população com indivíduos mamelucos e indígenas. Segundo Coelho (2005) “[...] a metrópole se fortalecia com a transformação do sertão amazônico em uma paisagem domesticada: com as aldeias volvidas em vilas e as matas tornadas roças.” (COELHO, 2005, p. 202). Dessa forma, estabelecia-se o projeto colonial de tornar aquele espaço produtivo correspondendo aos seus anseios.

A diversidade entre os lugares, as vilas e as missões compõem o conjunto de elementos espaciais e suas especificidades influenciam as vivências nele, sua origem, tamanho, composição. Um exemplo de Itaituba, que é apresentado por Baena (2004) como sendo um lugarete, vinculado a Vila de Pinhel, que se expandiu a ponto de possuir novos lugares vinculados a ela. Assim, com o crescimento das vilas outros lugares ao redor passam a prosperar formando-se um conjunto de pequenos lugares, e assim tornando-se povoados.

A partir do governo de Mendonça Furtado, que tinha como um de seus propósitos o desenvolvimento da colônia, tem-se um período de intensa criação de vilas e povoações, impulsionados pela chegada de imigrantes a fim de estabelecer povoamento na Amazônia. Segundo Coelho (2005) “até o final do século, o Estado contava com mais de noventa povoações, sessenta delas na Capitania do Pará, grande parte das quais fundadas no governo de Mendonça Furtado.” (COELHO, 2005, p. 201).

Aumenta o número de povoações na bacia Amazônica, concentrada no nordeste paraense. Essa expansão relaciona-se ao estabelecimento dos fortes por Marquês de Pombal, as povoações desenvolvem-se como lugares que convergem de várias vilas, um agrupamento de vilas com um conjunto de elementos espaciais maior. Entretanto, nem todas as vilas se tornam povoações, muitas permanecem vilas, da mesma forma que nem todas se tornam cidades.

A política de incentivo a imigração, a doação de terras, que estimula a geração de vilas e dos povoamentos foram fundamentais nesse processo. Isso é representado na figura 1. Essas representações cartográficas foram construídas com base em Muniz (1916), Porro (1992), Tavares (2008), Rezende (2006), Coelho (2005), e IBGE cidades (2010). Cruzou-se informações referentes a datação de origem das missões, vilas e povoações, representando-as espacialmente. Considerando as divergências encontradas a tarefa tornou-se desafiadora e por isso pode apresentar limites (figura 1).

Estamos diante de um processo de expansão e institucionalização do espaço aos moldes do projeto colonial, que produz um meio natural de acordo com as condições naturais da Amazônia paraense, a fim de melhor alcançar seus objetivos mercantis.

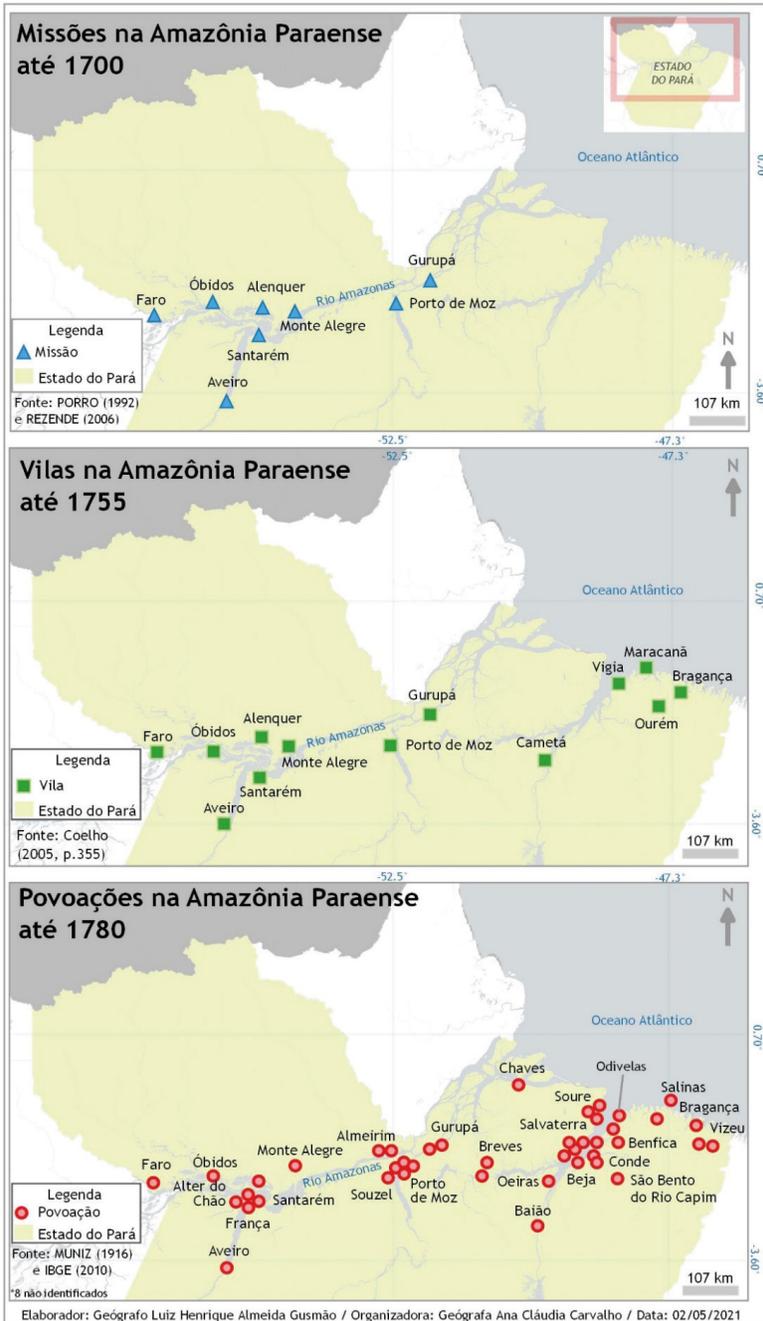


Figura 1 – Coleção de representações: Missões, Vilas e Povoações na Amazônia paraense.

Fonte: Organizado por Carvalho (2021).

A representação de oito missões em 1700 marca o início do processo de agrupamentos dos povos indígenas (PORRO, 1992; REZENDE, 2006). Tal como os fortes, as missões se espalham no sentido leste, transformando-se em aldeias, contendo uma diversidade cada vez maior de grupos nativos. A partir de Marquês de Pombal tem-se um direcionamento político que institui os diretórios e as vilas e dá maior autonomia aos lugares, que passam a ter os próprios colonos como seus diretores. Das oito missões no ano de 1700, há uma expansão para treze vilas em 1755, este número continua crescendo com novas vilas. Em 1780 somam quarenta e três povoações, sendo necessário destacar que a representação mostra apenas as povoações, pois há nesse período lugares que cumprem o papel de vilas mas não formam oficialmente reconhecidos, sendo conhecidas como lugares.

Os processos que ocorrem no espaço são dinâmicos, a elevação das vilas em povoados é um processo que não acontece de maneira homogênea, nem todas se tornaram cidades, muitas se mantiveram por mais tempo como vilas. Sobre a representação cartográfica, a definição deste período ocorre em função da disponibilidade dos dados levantados, sendo estes de 1637 a 1780, nesta coleção (COELHO, 2005; MUNIZ, 1916; IBGE CIDADES, 2010).

As modificações na configuração espacial ocorrem fundadas num conjunto de variáveis que se relacionam no meio natural, entre eles aspectos políticos que condicionam tais transformações, desenhando novos contornos espaciais no meio natural. Para melhor analisar o processo de criação dos municípios paraenses é necessário maior aproximação quanto a algumas questões.

Após o processo de independência do Brasil, em 1822 e do Pará, em 1823, quando o país deixa de ser colônia, estabelece-se a Constituição de 1824, nos artigos 167 e 169, que observa a obrigatoriedade das cidades e vilas possuir casas legislativas municipais, tendo estas apenas poder administrativo. No período colonial (1616 a 1808) vigoram as missões, aldeias, vilas e povoados, na transição deste para o período imperial (1808 a 1889) algumas vilas e povoados passam a ganhar centralidade, a disputa por autonomia se dava, quando o controle era reivindicado tanto pela esfera federal quanto pela estadual.

De acordo com Cigolini (2015, p. 8) durante o período imperial, “[...] as emancipações ocorriam, em maior ou menor número, independentemente de fatos como instabilidade/ estabilidade política e do embate centralização x descentralização.” Desse modo, a criação de municípios se dava em todas as províncias, desde o final do período colonial até o imperial. No Pará foram criados 14 municípios no período colonial e cerca de 25 no período imperial. Entretanto, trata-se em alguns casos de vilas e povoados que tiveram sua origem no período colonial e apenas se emanciparam no período imperial.

Na atual Região Norte, na Província do Pará, foram criados municípios na ilha do Marajó e nos arredores de Belém. No sul da Província, desde a divisa com o Amazonas, a oeste, até o rio Tocantins, a leste, não havia nenhuma municipalidade. No território que hoje constitui o atual Estado do Amapá, na época parte do território do Pará, foi criado o Município de Mazagão, em continuidade com a malha de municípios criados no Pará (CIGOLINI, 2015, p.10).

As fases de decadência econômica na Amazônia anterior ao ciclo da borracha, que nos fala Santos (1980, p.13-14) em sua periodização econômica que compreende o período de 1800 a 1840, coincidem com esse momento de transição entre o período colonial e imperial, isso pode ter influência sobre as poucas emancipações, considerando que a fase de expansão gomífera seria de 1840 a 1910, remetem ao período imperial, indicado por Cigolini (2015) como período em que considerável número de emancipações aconteceram no Pará.

Nesse momento as transformações na configuração espacial da Amazônia paraense são referentes ao poder que é dado aos municípios, mesmo que em um primeiro momento isto se dê apenas na esfera administrativa. Considerando o processo de formação territorial, gerida por um projeto colonial, o meio natural ganha novos contornos administrativos. Segundo Cigolini (2015, p. 2) em 1831 essa autonomia aos municípios é revista, com o “[...] Código Penal, instituído em 1832, que restaurou poderes policiais e judiciários, e o Ato Adicional n.º 16, de 12 de agosto de 1834, que fez alterações à Constituição, estabelecendo medidas descentralizadoras.”¹

A representação deste movimento de emancipação dos municípios e a instituição das cidades, é proposto (figura 2) onde apresenta-se uma localização aproximada das cidades que são sedes dos municípios, em dois períodos diferentes, no período colonial e no imperial, até o ano de 1961, que demarca o final do meio natural, a que se dedica esta caracterização. Representa-se a localização e a quantidade de cidades, e assim de municípios criados.

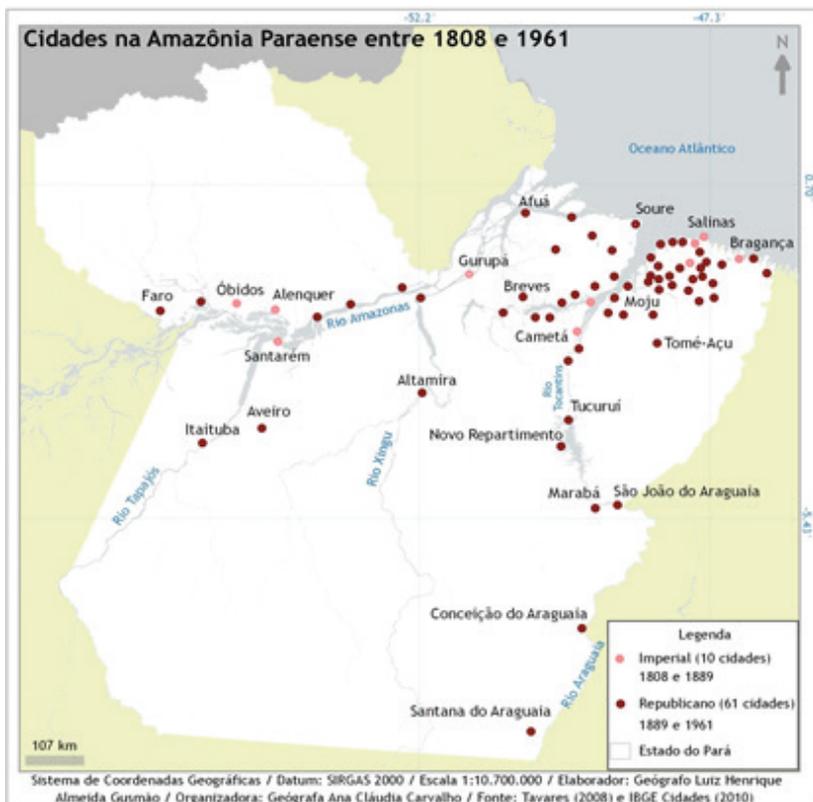


Figura 2 – Cidades fundadas na Amazônia paraense entre 1808 e 1961.

Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Tavares (2008).

Tendo em conta a dinâmica espacial deve-se considerar a existência de grande número de vilas que tenham sido formadas no período representado. Nem todas as povoações se transformaram em cidades ou municípios. Temos ainda as vilas e povoados que se dividiram em dois ou mais municípios; as que trocaram de nome neste processo; e as que se anexaram ao território de outras localidades.

A figura 2 mostra o aumento no número de municípios que se emancipam durante o período republicano, fruto de questões políticas que possibilitavam aos estados maior poder de decisão no sentido de organizar o espaço geográfico brasileiro. Período este em que para a Amazônia, pensava-se em integrá-la ao todo, torná-la semelhante aos demais estados do país. É nesse momento que a Operação Amazônia passa a ganhar forma.

De fato, em 1961 tornam-se municípios: Aveiro, Colares, Salvaterra, Bagre, São João do Araguaia, Melgaço, Senador José Porfírio, São Félix do Xingu, Santo Antônio do Tauá, Santarém Novo, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santa Cruz do Arari, Primavera, Peixe Boi, Magalhães Barata, Limoeiro do Ajuru, Jacundá, Capitão Poço, Bonito, Benevides e Augusto Corrêa. Esse aumento de municípios ocorre principalmente pela emancipação de vila rurais com forte centralidade econômica e política.

O desmembramento do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1772, a abertura dos portos em 1808, e a Lei de Terras em 1850, são leis que impulsionaram as transformações na configuração espacial. Torna-se importante enfatizar este movimento de apropriação e expropriação da terra, ocorrido nestes três séculos e meio, que condicionam através de um conjunto de eventos o meio natural, tornando-o contraditório. A lei de terras impõe um peso, determina que de fato aquele meio natural sai das mãos de um povo e vai para as mãos de poucos, uma política que se espacializa ao propor a segregação espacial de determinados grupos ao espaço.

Estas transformações deixaram marcas na Amazônia paraense, pois o movimento de cada elemento espacial a seu tempo torna-se fundante de uma nova dinâmica social. Cada um deles imprime na configuração espacial da Amazônia paraense, marcas decisórias quanto a dinâmica social do meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dominação portuguesa na Amazônia durante o século XVII significava seguramente “uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 81). Alguns processos fundamentam essa produção espacial do meio natural construída por novos agentes e alicerçada na ideia de natureza e mão de obra barata. A presença dos europeus impõe uma intencionalidade a Amazônia paraense, construindo um meio natural caracterizado por iniciativas que resultarão, segundo Nahum (2019) em apropriação e produção do espaço, processo de expropriação da terra, monopólio da terra e monopólio da força de trabalho.

Esses são os limites impostos ao meio natural à medida que o processo de colonização na Amazônia acontece, de acordo com Wagley (1988, p. 81) foi “Nos dois primeiros séculos de regime colonial, que se formou um novo modo de vida no Vale Amazônico”. O modo de vida das tribos indígenas que aqui habitavam foi comprometido no sentido de que, a partir da presença dos europeus o trabalho e a natureza ganham outros sentidos, transformando as relações existentes entre os homens e o meio. Porém, é importante destacar que “os europeus pouco contribuíram para proporcionar o equipamento ou os métodos técnicos que aumentassem a capacidade do homem para arrancar do ambiente amazônico o suficiente para viver” (WAGLEY, 1988, p. 81).

O conhecimento indígena sobre o meio lhes garantia a subsistência e o desenvolvimento de suas vidas em comunidade. A maneira como se relacionavam com a natureza foi em grande parte destruída, por esse motivo foram escravizados, para dispor desses conhecimentos em favor dos portugueses, a fim de alcançar regalias e acumulação de bens através da exportação dos produtos naturais colhidos na floresta.

A formação das missões, vilas, povoados, lugares e povoações assim como os demais processos instituídos no espaço, juntamente com o conjunto de intencionalidades inseridas na Amazônia paraense garantiram que o meio natural se metamorfoseasse, apresentando diferentes configurações espaciais no decorrer de suas transformações.

Os processos ocorridos no espaço vão dando forma a esse espaço que era natural, subordinado a natureza, e que se transforma aos poucos através de cada um dos processos citados acima. Destaca-se aqui a abertura dos portos em 1808, que foi resultado de uma gama de desejos e inquietações referentes a necessidade de se construir um diálogo internacional. A abertura do rio Amazonas a navegação internacional e com ele a introdução da navegação a vapor em concomitância a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, tais ações trarão nova dinâmica a Amazônia, especialmente ela se transformará ao ganhar novos fluxos de entrada e saída, assegurando uma maior circulação de pessoas, produtos e capital. A condição histórica espacial ao qual a Amazônia paraense se forma e passa nessas três configurações espaciais, envoltas aos processos que a compõe geraram um quadro de ocupação espacial desigual, um modelo que se reproduz espacialmente.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte integrante da tese de doutorado “O meio natural na Amazônia paraense: paisagem, configuração espacial e dinâmica social”, ligada ao projeto de pesquisa: Formação territorial e rural da Amazônia – FORTRAM, realizado pelo grupo de pesquisa “Dinâmicas territoriais do espaço rural da Amazônia” – GDEA. Agradecemos o apoio e parceria neste trabalho, sem o qual sua concretização não seria possível. Cabe ressaltar ainda que a tese contou com financiamento da CAPES durante seu desenvolvimento nestes quatro anos de pesquisa, agradecemos a contribuição.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

ALBUQUERQUE, Luiz R. Cavalcante de. **Amazônia em 1893**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1894.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. / Antônio Ladislau Monteiro Baena - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/98> .Acesso: 11/01/2023.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer. 2009.

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Belém: UFPA, 1973.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas** / Henry Walter Bates; tradução Regina Régis Junqueira; apresentação Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

CHAMBOULEYRON, Rafael.; ARENZ, Karl Heinz.; MELO, Vanice Siqueira. **Ruralidade indígenas na Amazônia Colonial**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. 15 (1), 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/cwjTpXc9Mn5PXKLmkLjQfmC/?lang=pt#:~:text=Trata%2Dse%20de%20mostrar%20que,interior%20do%20pr%C3%B3prio%20mundo%20colonial>. Acessado em 11/01/ 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, École des hautes études en sciences sociales, Débats, mis en ligne le 14 mai 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/2260#quot> . Acessado em 11/01/ 2023.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. – Belém: Editora Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII)**. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime I Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p.7-19, jan./abr. 2015. ISSN 1984-2201 © 2002. DOI: 10.4215/RM2015.1401. 0001.

COELHO, Mauro Cesar. **Do sertão para o mar um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia o caso do diretório dos índios 1750 a 1798**. Universidade de São Paulo. São Paulo. Tese de doutorado, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia. Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA.2000.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2ª Edição. Belém: GRAFISA, 1973.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.com.br/cidades-e-estados/pa/obidos.html>. Acessado em 11/01/ 2023.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid. Capitán Swing Libros, S. L. 2013.

MEGGERS, Betty J.. **Amazônia: A ilusão de um paraíso** / Betty J. Meggers; tradução de Maria Yedda Linhares; apresentação de Darcy Ribeiro. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa**. Clio, Recife, n. 27/1, p. 46-75, 2009.

MUNIZ, João de Paula. **Imigração e colonização: história e estatística 1616-1916**. Belém, PA. Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NAHUM, J.S.. Notas sobre a Formação Territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: Christian Nunes da Silva; Cristiano Quaresma de Paula; João Márcio Palheta da Silva. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. 1ed.Belém: GAPTA/UFPA, 2019, v. 1, p. 23-43.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XVII, nº 985, 25 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm> . Acessado em: 10/01/2023.

NEVES, Eduardo Góes. **A arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: século XVI a XVIII**. In. CUNHA, Manoela Carneiro. História dos índios no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. / Tadeu Valdir Freitas de Rezende; Orientadora: Prof^a. Dra. Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright – São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4^a Ed. São Paulo: Edusp. 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec. 1994

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, (54) 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em 11/01/2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3^a Ed. São Paulo: Nobel.1992.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios**. Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83. DOI: 10.5654/actageo2008.0103.0005. ISSN 1980-5772.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. 9^a Edição. Manaus: Editora Valer/Edições Governo do Estado. 2000.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**/ Charles Wagley: tradução de Clotilde da Silva Costa. – 3. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Nota

Apenas na Constituição de 1967, no artigo 14 e Lei complementar nº1 é que foram estabelecidos critérios mínimos de população, renda pública e consulta prévia, como requisitos, estes valiam para todo o país. Já na Constituição de 1988, no artigo 18, foram definidos que os critérios mínimos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios seriam decididos por leis complementares nos Estados.